



PROGRAMA DE FORMAÇÃO
PAUL SINGER
AGENTES DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA

DOCUMENTO DE REFERÊNCIA

PRESIDENTE DA REPÚBLICA Luiz Inácio Lula da Silva	COORDENADORA DO PROGRAMA DE FORMAÇÃO PAUL SINGER – AGENTES DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA Raimunda de Oliveira Silva
MINISTRO DO TRABALHO E EMPREGO Luiz Marinho	
SECRETÁRIO NACIONAL DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA Gilberto Carvalho	PRESIDÊNCIA DA FUNDACENTRO Pedro Tourinho de Siqueira
DIRETOR DE PARCERIAS E FOMENTO Fernando Zamban	DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DA FUNDACENTRO Higor Thales Rocha Lopes
DIRETOR DE PROJETOS Sergio Godoy	COORDENADOR-GERAL DO PROMAT Eberval Oliveira Castro
COORDENADORA-GERAL DE PARCERIAS E FOMENTO Lidiane Freitas	ELABORAÇÃO E REVISÃO DO TEXTO Claudio Araújo Nascimento Eliane de Moura Martins Flávia de Angelis Santana Lidiane Freire de Jesus Marcela Vieira Gonçalves Raimunda de Oliveira Silva Renata Pinho Studart Gomes
COORDENADORA-GERAL DE PROJETOS Antônia Vanderlúcia Oliveira Simplício	
COORDENADORA DO SISTEMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA Kamila Araújo Bezerra	

Ficha catalográfica elaborada pela Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária.

Programa de Formação Paul Singer – Agentes de Economia Popular e Solidária / Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária. – Brasília: MTE, 2025. 40 p.

1. Economia Solidária. 2. Autogestão. 3. Programas de Agentes. 4. Políticas Públicas I. Ministério do Trabalho e Emprego. II. Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

SUMÁRIO

04 APRESENTAÇÃO

07 CONTEXTO HISTÓRICO

11 REFERENCIAIS POLÍTICOS-PEDAGÓGICOS

11 Concepções e Fundamentos

16 Princípios

17 Diretrizes

20 ESTRATÉGIA POLÍTICO-PEDAGÓGICA E METODOLÓGICA

21 Objetivo geral

21 Objetivos Específicos

22 Percurso de Formação e Método

27 Matriz geral, Calendário Emendas e Temas

32 SUJEITOS DO PROGRAMA

32 Atribuições das/os Agentes de Economia Popular e Solidária (AGEPS), Coordenações Estaduais e Equipe Nacional de Formação do Programa Paul Singer

35 Espaços, Redes de Apoio e Parcerias

36 Critérios para a Seleção de Territórios

37 GESTÃO DO PROGRAMA

1. APRESENTAÇÃO

A Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (SENAES/MTE) apresenta o Programa de Formação Paul Singer – Agentes de Economia Popular e Solidária (AGEPS) como parte da estratégia de construção da Política Nacional de Economia Solidária e de um método de estruturação do seu Sistema Nacional de Economia Solidária.

Este documento se referencia nas concepções e fundamentos da Economia Solidária, nas diretrizes e nos instrumentos legais que os orientam e nos saberes produzidos pelas experiências históricas daquelas e daqueles que constroem as bases da Economia Popular e Solidária a partir dos seus territórios, enquanto uma resposta da classe trabalhadora às transformações constantes do mundo do trabalho.

Além de responder às necessidades atuais do mundo do trabalho, o Programa de Formação Paul Singer – Agentes de Economia Popular e Solidária fortalece a visão de um outro desenvolvimento econômico, voltado à justiça social, combinando os princípios de autogestão, cooperação, sustentabilidade e solidariedade na realização de atividades de produção de bens e serviços, na distribuição, consumo e finanças, conforme estabelecido no **1º Plano Nacional de Economia Solidária (2015-2019)**.¹

O Programa é, portanto, **um método e um instrumento político-pedagógico de formação e de diálogo no campo político-institucional** com entes federativos que atuam na Economia Solidária, como organizações da sociedade civil e movimentos de Economia Solidária que, a partir da atuação das e dos agentes, e, sobretudo, desses diálogos que produzirá, visa à articulação e ao fortalecimento tanto da política pública quanto das iniciativas e empreendimentos solidários, em pelo menos dois campos estratégicos: a) na construção dos meios para cumprir o estabelecido no **Programa “Economia Popular e Solidária Sustentáveis” do Plano Plurianual 2024-2027 (PPA)** em

¹O **1º Plano Nacional de Economia Solidária (2015-2019) – Para Promover o Direito de Produzir e Viver de Forma Associativa e Sustentável** é resultado de uma construção conjunta da sociedade civil e do governo federal durante a III Conferência Nacional de Economia Solidária, realizada entre 26 e 29 de novembro de 2014, após um processo intenso de mobilização e preparação que somou 207 Conferências Territoriais e Municipais, 26 Conferências Estaduais e cinco Conferências Temáticas Nacionais. Embora tenha se constituído como instrumento fundamental para orientação, monitoramento e avaliação da política pública de Economia Solidária, este Plano ficou como “um grito parado no ar”, sem condições objetivas de se realizar após 2016.

vigor; e b) na ampliação da capacidade da Economia Solidária em responder à perspectiva de se constituir como uma estratégia viável de desenvolvimento econômico sustentável para o Brasil.

Tendo como horizonte a construção da Política Nacional de Economia Solidária do Sistema Nacional de Economia Solidária, este Programa será executado de forma integrada e articulada aos projetos de capacitação e qualificação já em andamento na SENAES, tais como:

Projeto de Qualificação Profissional em Economia Popular e Solidária no âmbito do **Programa Manuel Querino** (PMQ) da Secretaria de Qualificação, Emprego e Renda (SEMP/MTE) – contempla dois tipos de curso: Agentes de Desenvolvimento Cooperativista Solidário e Gestão de Empreendimentos Econômicos Solidários, desenvolvidos em parceria com os Institutos Federais da Bahia e de São Paulo, juntamente com 16 Institutos Federais e 40 Campi. Estes cursos estimulam a construção de redes produtivas, fundamentadas nos princípios da autogestão, cooperação, sustentabilidade ambiental, participação popular e na valorização das dinâmicas territoriais;

Projeto Educar e Cooperar – objetiva realizar capacitações e qualificações nas áreas: acesso a políticas públicas, financiamento e crédito; publicidade e marketing; uso do Canvas em planejamentos estratégicos; gestão de custos e formação de preços; boas práticas nos serviços de alimentação; formalização de empreendimentos econômicos e solidários, em parceira com o SEBRAE;

Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC) – atua na geração de trabalho e renda, a começar pela organização do trabalho, com foco na autogestão e de acordo com os princípios de autonomia dos empreendimentos econômicos solidários, na articulação e integração de políticas públicas e no avanço de novas metodologias de incubação de empreendimentos econômicos solidários, desenvolvimento local ou territorial e disseminação da economia solidária nas instituições de ensino superior.

Desse modo, o Programa de Formação Paul Singer – Agentes de Economia Solidária (AGEPS) buscará fomentar, subsidiar e mobilizar bases sociais, econômicas, organizacionais, culturais, legais e institucionais tanto para a construção da **Política Nacional de Economia Solidária** quanto para seu **Sistema Nacional de Economia Solidária**, por meio de diálogos com o movimento de Economia Solidária e de ações concretas, envolvendo as forças vivas dos territórios: movimentos sociais, populares, sindicais, organizações, instituições e gestores públicos.

Este documento está organizado em quatro partes, a saber:

- **Referenciais político-pedagógicos:** concepções, fundamentos, princípios e diretrizes;
- **Estratégia político-pedagógica e metodológica:** objetivos, percurso formativo, método, emendas e conteúdo dos cursos;
- **Sujeitos e espaços envolvidos na execução do Programa;**
- **Gestão do Programa.**

2. CONTEXTO HISTÓRICO

Atualmente, o Brasil e o mundo seguem sob os efeitos da longa e profunda crise do capitalismo, que remonta à década de 1980 e se refere ao **padrão de acumulação de capital**, no qual a produção de excedente e lucro precisa necessariamente de **mecanismos de aprofundamento da super exploração da classe trabalhadora e da exploração ilimitada da natureza**.

Até os anos 1980, a classe trabalhadora brasileira tinha sido mobilizada pelo projeto de inclusão na sociedade salarial de direitos, porém, após esse período, a promessa inicia seu descenso. O Brasil mergulha no problema da dívida pública externa e adota medidas econômicas exigidas pelos credores internacionais, o que levou a uma **recessão profunda e a uma situação de desemprego em massa**. Isso ainda num contexto político também desfavorável, de ditadura civil-militar, incapaz de responder às demandas de brasileiras e brasileiros que passaram a viver em situação de extrema vulnerabilidade.

As primeiras mobilizações no sentido de amparar as vítimas da crise financeira vieram dos movimentos de resistência à ditadura, sobretudo da ação social, que financiou inúmeras iniciativas, a exemplo dos **Projetos Alternativos Comunitários (PACs)**, com o intuito de oferecer às beneficiárias e aos beneficiários oportunidades de organização em grupos de produção coletiva, **lançando as sementes do que se tornaria a Economia Solidária**. Essas iniciativas inspiraram outros segmentos como sindicatos, universidades, movimentos e setores sociais a também se mobilizarem para dar assistência às famílias brasileiras que vivenciavam mais fortemente os efeitos da crise econômica. No entanto tais ações permaneceram circunscritas a essas entidades durante as décadas de 1980 e 1990, e ignoradas pela opinião pública nacional até serem sistematizadas por **Paul Singer**, e efetivamente consideradas como estratégia de governo desde 2003, quando **Luiz Inácio Lula da Silva** assumiu a Presidência da República.

O avanço da **agenda neoliberal nos anos de 1990**, sintetizada no **Consenso de Washington** de 1989, produz consequências dramáticas com o desemprego estrutural, e agrava ainda mais as desigualdades sociais, interrompendo as possibilidades de mobilidade social. Em 2003, há uma **inversão de prioridades**, ou seja, passa-se a incluir as trabalhadoras e os trabalhadores, sobretudo a parcela em maior vulnerabilidade social, no orçamento, com a **construção de políticas públicas e sociais estratégicas**.

como transferência de renda, educação, política de elevação do salário mínimo, moradia, alimentação, saúde, entre outras.

Esses programas, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)², **elevaram consideravelmente o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)** dos 5.665 municípios brasileiros, uma vez que o IDH passou de 0,493 (muito baixo), no período de 1991, para 0,727 (muito alto) em 2010, um aumento de 48%.

Nesse mesmo período, criou-se a **Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária (SENAES)**, mais precisamente em 26 de junho de 2003, quando se começa a reconhecer a importância e o potencial da Economia Solidária para a construção de um modelo de desenvolvimento. Nessa perspectiva, a geração de trabalho e renda se dá numa perspectiva mais humana e solidária, inclusive na construção de meios e instrumentos para dar sustentação a este modelo.

Com esse cenário político favorável e a criatividade do povo brasileiro, foram criados milhares de empreendimentos solidários nos mais diversos segmentos e espaços. Destacam-se as cooperativas da agricultura familiar, do artesanato, de catadoras e catadores de materiais recicláveis, as oficinas de costura, as plataformas digitais e outras iniciativas que se organizaram em diversas redes.

De acordo com o **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)**³, em 2016, havia 21.859 empreendimentos solidários, envolvendo cerca de 1.687.035 de trabalhadoras e trabalhadores, em 2.934 municípios (52% do total). Esses dados confirmam não só o enorme potencial da Economia Solidária como também sua importância enquanto uma política de Estado, o que consolida a concepção que vinha sendo construída de forma articulada pelo Governo Federal e pela sociedade civil desde 2003.

Contudo, em 2014, na **reeleição de Dilma Rousseff à Presidência da República**, houve uma rearticulação das forças políticas conservadoras. Com o seu *impeachment* em 2016, abriu-se um ciclo de refluxo dos movimentos populares, incluindo os de Economia Solidária, ao mesmo tempo em que se pavimentou a vitória de um **projeto de extrema-direita nas eleições de 2018**.

²Segundo o IBGE, em 1991, os municípios com o IDH muito baixo eram 4.777 (55,8%). Em 2010, o índice caiu para apenas 32 (0,6%).

³Pesquisa IPEA publicada em “Repositório IPEA”, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br>. Acesso em 03 de junho 2025.

O Brasil mergulhou num intenso processo de **desmonte de políticas públicas sociais** implementadas pelos governos anteriores, e as **políticas de Economia Solidária foram descontinuadas ou fragmentadas**, inviabilizando a dimensão plural desse contexto. A SENAES foi extinta e reduzida a uma Coordenação Geral no âmbito do Ministério da Cidadania, perdeu sua importância no cumprimento do papel de articuladora e formuladora de políticas e programas de Economia Solidária.

No aspecto econômico, o governo **aprofundou a política da austeridade fiscal**, avançou na agenda de **privatizações**, na **desindustrialização** nacional, na ampliação da **extração dos bens naturais**, além da **expansão do agronegócio**, da **mineração**, do **desmatamento**, da **grilagem em territórios dos povos originários**, alimentando e fazendo crescer a crise social e climática⁴.

Na esfera da Economia Solidária, esse cenário inviabilizou a efetivação do **1º Plano Nacional de Economia Solidária (2015-2019)**, enfraqueceu os empreendimentos econômicos solidários e, consequentemente, o movimento nacional no qual se organizam. Além disso, desestimulou o andamento dos marcos regulatórios que tramitam no Congresso Nacional.

A vitória de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República, em 2022, expressa a defesa de um **projeto de reconstrução do País**, sustentado nos desafios de governar com o povo, incluir a população pobre no orçamento e, novamente, superar a fome no Brasil⁵. Desafios que se traduzem, concretamente, na **construção de um método de governo que combina governabilidade institucional com participação social**, sobretudo para oportunizar a democratização da política e da economia – as bases da reprodução da vida comum de uma nação.

A contar de 2023, o governo recolocou a Economia Popular e Solidária no centro dos debates do **Ministério do Trabalho e Emprego**, reestruturou a

⁴Segundo o “Portal de Inspeção do Trabalho no Brasil”, o ano de 2023 apresentou, até o mês de novembro, 1.443 trabalhadores resgatados de trabalho análogo à escravidão. Em 2020, o total de desocupados, em termos absolutos, chegou a 14,6 milhões de pessoas. A precarização avançou, a expansão de 30% de pessoas do contingente foram classificadas nessa área, e caiu o número de pessoas com categoria de empregado desde 2015, marcando o crescimento da informalidade e do desemprego, aprofundado com as mudanças na CLT, em 2017, e com a diminuição do poder dos sindicatos devido à Medida Provisória de julho de 2019.

⁵A fome atingiu 65% dos lares liderados por pessoas negras e pardas, e quatro de cada 10 milhões de famílias das regiões Norte e Nordeste sofreram algum grau de insegurança alimentar em 2022.

SENAES, reinstalou o **Conselho Nacional de Economia Solidária** e colocou em curso a implementação do **Programa de Formação Paul Singer - Agentes de Economia Popular e Solidária** com o intuito de rearticular e potencializar o movimento de Economia Popular e Solidária. E essa estratégia articulada tem como objetivo ampliar a capacidade organizativa, produtiva e de geração de renda das trabalhadoras e trabalhadores dos empreendimentos econômicos solidários.

Observa-se um cenário de oportunidades para a retomada da construção da **Política Nacional de Economia Solidária**; a realização da **4ª Conferência Nacional de Economia Popular e Solidária (CONAES)**; a atualização e operacionalização do **1º Plano Nacional de Economia Solidária**; e a construção de processos de formação continuados junto aos empreendimentos solidários, organizações e coletivos de Economia Popular, no contexto de um novo ciclo de políticas públicas de reconstrução e transformação do Brasil.

3. REFERENCIAIS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS

O Programa de Formação Paul Singer – Agentes de Economia Popular e Solidária traz fortemente a ideia do **diálogo político-institucional** entre os governos, empreendimentos solidários e as organizações e movimentos populares para o fortalecimento de **espaços de participação social** que ampliem a capilaridade da Economia Popular e Solidária nos territórios e contribuam para a articulação das **políticas territoriais do Governo Federal**.

O Programa combina quatro áreas estratégicas: articulação, organização, formação e mobilização, cujo horizonte é a construção de um **Sistema Nacional** e a consolidação da **Política Nacional de Economia Solidária** e a sua operacionalização.

3.1 Concepções e fundamentos

A principal referência político-pedagógica deste Programa é a **Educação Popular**, entendida aqui como parte de **uma estratégia de formação, mobilização e organização da classe trabalhadora em torno de um projeto democrático e popular que seja soberano, sustentável e solidário**. Esta se soma aos acúmulos produzidos historicamente pela Economia Solidária em diversos espaços, áreas temáticas e experiências de autogestão, produção, comercialização e organização que envolvem sujeitos diversos social e culturalmente.

No **Plano Plurianual – PPA 2024-2027**, o programa “Economia Popular e Solidária Sustentáveis” traz três objetivos específicos: a) promover a **institucionalidade**, dar **visibilidade** e capilaridade à Economia Popular e Solidária (EPS); b) implementar iniciativas de EPS, valorizando as **dinâmicas territoriais**; e c) possibilitar a **Educação Popular**, a qualificação técnica e a **formação cidadã** em EPS. Estes objetivos, aprovados pela Lei nº 14.802/2024, limitam um domínio de atuação da EPS e alinham o Programa de Formação de Agentes às metas e intencionalidades do PPA e das políticas de reconstrução e transformação do Brasil.

Agendas políticas como soberania, democracia, solidariedade, desenvolvimento endógeno, sustentabilidade, participação popular e cidadã, igualdade de acesso à riqueza produzida e valorização das diversidades de gênero, racial, etária e orientação sexual são entendidas no Programa como **políticas transversais**. Isso porque comprehende-se Economia Solidária como

“um modo de vida” (bem viver), ou seja, uma dimensão sociocultural, estratégica e econômica, intrinsecamente associada ao território e ao projeto democrático e popular.

Esse modo de vida reafirma a **Economia Solidária como um modelo de desenvolvimento econômico, de geração de trabalho e renda**, que combina autogestão, cooperação e solidariedade na realização de atividades de produção de bens e serviços, distribuição, consumo e finanças; além de ser reconhecida como direito à cidadania, compreendida como direito das trabalhadoras e dos trabalhadores às condições socialmente necessárias de produção e de reprodução social (1º Plano Nacional de Economia Solidária, construído na 3ª CONAES⁶),

O “campo popular” deste Programa, também conhecido como **“Economia dos Setores Populares”**, abrange as atividades heterogêneas, ancoradas na geração de recursos monetários ou não, destinados a prover e repor os meios de vida, normalmente realizados **em grupos** (associações, cooperativas, empreendimentos autogestionários, oficinas de produção e serviços, escolas, projetos de educação e formação de trabalhadoras e trabalhadores etc.). É uma reação à **escassez dos postos formais de trabalho e de sobrevivência** à ausência de crédito, capital de giro e proteções institucionais, comumente contando apenas com suas próprias **redes de apoio**, com base na lógica das necessidades de reprodução social.

Considera-se, ainda, que há diversas estratégias organizativas que transversalizam esse debate da Economia Popular e Solidária, como Economia Criativa, Ambiental, Bioeconomia, Economia Circular, Feminista, Indígena, Afro, de Francisco e Clara e Economia de Impacto.

Estas, embora acabem por fragmentar as experiências e os acúmulos de trabalhadoras e trabalhadores ao se segmentarem, contêm possibilidades interessantes de diálogos entre si. É preciso que este Programa dialogue com essas concepções e práticas, buscando extrair aprendizados importantes dos quais não se pode abrir mão quando fazemos reflexões sobre os desafios da Economia Popular e Solidária no contexto atual.

Além dessa base conceitual apresentada, este Programa articula estrategicamente outros temas correlacionados que também apontam para

⁶A 3ª CONAES sistematizou a proposta político-pedagógica expressa tanto no 1º Plano Nacional quanto na Conferência Temática de Educação e Autogestão.

novas formas de produção e reprodução da vida nos territórios e, por sua vez, para a integração das políticas territoriais iniciadas pelo Estado. Os conceitos são:

- a) Territórios** – Entendido como espaço onde se desenvolvem as relações humanas, com histórico de cooperação, contradições, solidariedade e resistência, isto é, se constroem desde as relações sociais, dos desafios, das demandas, das lutas e das conquistas, que se afirmam e se reconstruem historicamente, mediadas por condições objetivas (materiais) e simbólicas (subjetivas) singulares a cada território;
- b) Agentes** – São trabalhadoras e trabalhadores sociais que ensinam e aprendem ao ensinar. São movidos por indignação contra injustiças, pela solidariedade, pela democracia, por acreditar na potencialidade do País e de pessoas que constroem formas de vida em comum. *Agente é quem age para que outras e outros passem a agir, age com as outras e os outros* (construindo juntos) e não para as outras e os outros (entregando pronto). As e os agentes reconhecem os problemas econômicos dos espaços onde atuam e os fazem ser conhecidos pelos que atuam em grupos no sentido de resolvê-los. Elas e eles vivem no território onde atuam ou nas proximidades dele. São pessoas reconhecidas nas comunidades por suas práticas coerentes e comprometidas com as lutas;
- c) Autogestão** – É um conceito vinculado à propriedade coletiva e à gestão compartilhada dos meios e instrumentos de produção, assim como das relações humanas na produção, que se materializa por um conjunto de práticas democráticas, tanto do ponto de vista estratégico quanto cotidiano dos empreendimentos. Objetiva propiciar a emancipação do trabalho, à medida em que conscientiza cada associada/o e as/os torna corresponsáveis pelos interesses e intencionalidades assumidos coletivamente. É um modelo de gestão cujo método não delega o poder de decidir e realizar para representantes, e sim valoriza o coletivo, seu planejamento, as decisões tomadas e os passos necessários para implementá-las.

Com isso, radicaliza a democracia em todas as dimensões da vida, do grupo e em sociedade, o que também implica na partilha dos resultados da atividade econômica, reduzindo as disparidades de poder, renda e riqueza. É um modelo de democratização do Estado e da sociedade⁷,

⁷ 1º Plano Nacional de Economia Solidária (2015-2019), p. 16 e 17.

que propõe instrumentos de gestão participativa das políticas públicas e a democratização de acesso aos fundos públicos. Aponta, ainda, para a necessidade de integração e articulação entre os órgãos governamentais e com a sociedade civil, nos âmbitos nacional, estadual e municipal, em um Sistema composto por instâncias deliberativas e de controle social para acompanhamento das políticas públicas em Economia Popular e Solidária;

- d) Cooperação** – Significa agir juntas e juntos com vistas a um fim comum. A cooperação é compreendida na perspectiva de organizações associativas coletivas nas quais há corresponsabilidade entre as associadas e os associados, que unem seus esforços e capacidades em torno dos mesmos interesses; a propriedade dos meios de produção é coletiva assim como a partilha dos resultados⁸. Trata-se, dessa forma, de uma visão de mundo em sua dimensão cultural, com pressupostos coletivos, ou seja, objetivos, ações e valores comuns. Significa dizer que as iniciativas organizadas a partir desta visão compartilham princípios como valorização humana e social, apoio mútuo, igualdade, liberdade com responsabilidade, solidariedade, autonomia, participação orgânica, educação contínua, compromissos com a comunidade e a natureza;
- e) Redes Solidárias** – São estratégias de fortalecimento organizativo, seja das atividades de produção e comercialização, seja de atividades políticas. Redes são articulações, formais ou não, entre os empreendimentos e seus parceiros (do governo, dos movimentos populares, dos sindicatos e da sociedade civil) para, de forma coletiva, fomentar o desenvolvimento de suas atividades, produtos e serviços⁹. Experiências que se organizaram em redes vão refinando o próprio conceito de Rede, uma vez que são espaços que incorporam novas/os atrizes/atores, novos espaços e novos serviços. Alguns pontos de atenção, no entanto, são essenciais: 1) reconhecimento da identidade da Rede; 2) identificação de quais atividades organizar em Rede; 3) identificação de locais para desenvolver empreendimentos solidários; 4) mecanismos de governança da Rede; 5) formalização das Redes; 6) parceria com instituições financeiras, ou seja, alinhar a ação em Rede com a possibilidade de financiamento concreto para fortalecer os planos dos empreendimentos;
- f) Sustentabilidade** – Economia justa, que respeita, assegura e mantém

⁸ 1º Plano Nacional de Economia Solidária (2015-2019), p. 17 e 41.

⁹ 1º Plano Nacional de Economia Solidária (2015-2019), p. 9 e 43.

todas as formas de vida do planeta. Integra políticas públicas que prezam pela garantia e soberania do ar, da água, dos minérios, da fauna e da flora, pela soberania alimentar e o desenvolvimento da agroecologia, visando garantir a produção de alimentos saudáveis por meio de conhecimentos ancestrais e científicos. Trata-se assim de viabilizar transformações na sociedade, com distribuição de renda, justiça social, liberdade, democracia e soberania do povo e do País¹⁰;

- g) Justiça Racial e Ambiental** – Compreende-se que as populações negras estão vivendo em maior vulnerabilidade social. A realidade mostra que a grande maioria dessas pessoas está morando e sobrevivendo em periferias alagáveis, encostas, áreas de mananciais – os locais mais afetados pelos problemas decorrentes de eventos climáticos extremos. O racismo ambiental é uma evidência da desigualdade econômica e política do país e da discriminação evidenciada pelo não acesso às políticas públicas básicas de moradia, saúde, segurança e saneamento.
- h) Trabalho Saudável e Seguro** – É um conceito que pressupõe um horizonte a ser construído e reconstruído continuamente, em que o trabalho tem significado social e é constitutivo de identidade, operando pela promoção da saúde integral dos/as trabalhadores/as. O levantamento de possíveis riscos à saúde e segurança dos/as trabalhadores/as (SSTT) deve se dar no processo dialógico entre os saberes do coletivo de trabalhadores/as e o saber técnico que mantém uma busca contínua por realizar a atividade laboral com conforto, desempenho eficiente e seguro. A construção do trabalho saudável e seguro é assegurada pela contínua vigilância dos ambientes, processos, relações laborais e elementos do trabalho que podem acarretar repercuções negativas sobre a saúde física, mental e psíquica, e desencadear a ocorrência de acidentes no trabalho. A proteção à vida e à saúde dos/as trabalhadores/as será construída e garantida por meio da articulação de saberes em processos de diagnóstico de problemas e formulação de resoluções para estes. O processo formativo visa desenvolver a reflexão, o levantamento e a sistematização de problemas que interferem negativamente para o trabalho bem feito e para a proteção de processo de desgaste físico e mental. A partir deste diagnóstico dos problemas existentes na situação.
- i) Trabalho Produtivo e Reprodutivo** – Na sociedade capitalista, trabalhadora e trabalhador produtivo é aquela e aquele que vende a sua força de trabalho em troca de um salário e seu trabalho produz mercadoria cujo excedente é apropriado privadamente pelo patrão. Por sua vez, o trabalho de reprodução social é o vasto campo invisível e

¹⁰ Modo Petista de Governar e de Atuação Parlamentar, 2019-2020, eixo “Transição Ecológica para o Século XXI”, p. 15 e 16.

gratuito do trabalho doméstico e de cuidados, ou seja, gestar, alimentar, cuidar, educar, fazer a manutenção, reparação e preparação de filhos para o mercado de trabalho, realizado quase sempre pelas mulheres, devido ao modelo patriarcal.

Na esfera da Economia Popular e Solidária, tanto o trabalho produtivo como o reprodutivo devem ser realizados a partir de uma organização social fundada na partilha de todas as tarefas, respeitando os princípios da autogestão, cooperação, solidariedade, equidade e justiça social.

3.2 Princípios

São valores fundamentais que alicerçam a prática de Economia Popular e Solidária e, dessa forma, este Programa de Formação de Agentes:

- Economia Solidária como estratégia de desenvolvimento socioeconômico e cultural:** consolidar as formas de organização econômica voltadas às atividades de produção de bens e serviços, distribuição, consumo e finanças, que se baseiam em autogestão, cooperação, sustentabilidade, solidariedade, ética, empatia e justiça social, em resposta às transformações no mundo do trabalho e às desigualdades do capital;
- Participação social nas políticas públicas:** possibilitar o engajamento da sociedade na construção, implementação e monitoramento da Política Nacional de Economia Solidária como direito à cidadania e obrigação do Estado, de modo a fortalecer a democracia participativa;
- Diversidade e integralidade do ser humano:** reconhecer e valorizar os saberes dos diversos sujeitos e suas relações sociais, culturais e econômicas, suas subjetividades, identidades culturais, raciais, étnicas, de gênero, inter-religiosas, geracionais e de orientação sexual;
- Reconhecimento e valorização dos saberes populares:** estabelecer horizontalidade entre os saberes técnico-acadêmicos e os saberes populares de povos originários e de povos e comunidades tradicionais, para fortalecimento das formas de organização produtiva e econômica;
- Autonomia das organizações nos territórios:** fortalecer os empreendimentos da Economia Solidária e coletivos da Economia Popular, reconhecendo suas singularidades e especificidades culturais, sociais e territoriais, com intuito de estimular a igualdade de participação dos diversos sujeitos e segmentos da Economia Popular e Solidária;

- **Articulação entre prática e teoria:** refletir e sistematizar os saberes produzidos pelas experiências territoriais, suas demandas e necessidades, articulando também os saberes teóricos, como metodologia de formação e construção coletiva do conhecimento;
- **Respeito aos ecossistemas:** produzir conhecimentos, entendimentos comuns e pactos coletivos que promovam a democratização da economia com preservação do meio ambiente, numa perspectiva de reposicionamento das formas de relações natureza-humanidade e de construção do *Bem Viver*;
- **Compromisso com o trabalho de reprodução social:** refletir e dar visibilidade à perspectiva de superação das disparidades entre produção e reprodução social, natureza e cultura nas práticas pedagógicas e organizativas.

3.3 Diretrizes

Orientam as ações do Programa Paul Singer sobre o que deve ser buscado na tomada de decisão e na implementação da política pública. Além disso, ainda que ultrapassem os resultados mensuráveis do Programa, direcionam a construção dos objetivos e das metas dessa política pública.

- **Proporcionar** a reconstrução institucional da Economia Popular e Solidária, por meio da apropriação da **Constituição Federal** no interior do **Sistema de Formação**, como dimensão política e pedagógica que embasa intervenções nos territórios, como direitos sociais e econômicos e políticas de governo, com horizonte de políticas de Estado;
- **Garantir o fortalecimento** da cooperação, a autogestão e a melhoria das condições de vida de populações em situação de vulnerabilidade socioeconômica no campo e na cidade, visando a combater a fome e a promoção da cidadania, da saúde e segurança das trabalhadoras e trabalhadores;
- **Ampliar** articulações e parcerias de modo a aumentar o orçamento e as oportunidades no contexto da Economia Popular e Solidária, sobretudo no caso de empreendimentos informais e territórios de maior vulnerabilidade;
- **Conceber** uma nova geração de políticas públicas com elementos emancipatórios capazes de estruturar programas de trabalho, renda, direitos e consciência cidadã;
- **Revigorar** os processos democráticos, a participação popular cidadã e o controle social;
- **Consolidar** a dimensão intersetorial das políticas públicas na articulação e cooperação, atribuindo a elas o sentido de complementaridade, da esfera nacional à local;

- **Reconhecer** a diversidade de realidades e as especificidades das/os diferentes participantes da Economia Popular e Solidária;
- **Reconhecer** as formas organizativas econômicas solidárias e os direitos sociais do trabalho associado;
- **Articular** as abordagens territorial¹¹ e setorial¹² dos empreendimentos solidários;
- **Promover** a cultura do Bem Viver por intermédio da construção e implementação de uma nova relação entre seres humanos e natureza;
- **Estruturar** um campo de mediações e de mediadoras/es como as/os Agentes de Economia Popular e Solidária, para a tarefa de dinamizar esta nova geração de políticas públicas emancipatórias;
- **Possibilitar** formas de organização cuja intervenção produza mudanças nos territórios, a iniciar pela articulação estratégica de atrizes/atores responsáveis por iniciativas populares solidárias que se potencializem, dialoguem, construam intercâmbios e também pela troca de experiências;
- **Assegurar** os processos de organização econômica, popular e solidária desde o nível territorial, com espaços de participação, democracia e divisão de responsabilidades individuais no coletivo;
- **Mobilizar** e **envolver** mais trabalhadoras/es, para além daquelas/es que já estão organizados em movimentos de Economia Solidária;
- **Dinamizar** uma concepção de formação de sujeitos de cidadania e não de usuárias/os, beneficiárias/os, passivas/os, desprovidas/os de papéis, de meios organizativos e alijadas/os dos mecanismos de participação;
- **Construir** estratégias específicas para ampliar a participação de jovens nos espaços e nos processos de formação em Economia Popular e Solidária;
- **Fortalecer** a organização e a articulação de educadoras/es populares de Economia Popular e Solidária em Redes;
- **Sistematizar** propostas de novos programas de metodologias sustentáveis de enfrentamento às condições desiguais de organização

¹¹ De acordo com o 1º Plano Nacional de Economia Solidária (2015-2019, p. 17 e 18), a abordagem territorial é “concebida como método de fortalecimento da Economia Solidária na construção de iniciativas de desenvolvimento sustentável e solidário, considerando o território como espaço socialmente construído, geograficamente estabelecido com afinidades socioculturais, caracterizado por critérios multidimensionais (o ambiente, a economia, a sociedade, a formação histórica e cultural), instituições políticas e grupos sociais distintos que se relacionam interna e externamente por meio de processos que indicam identidade e coesão social e cultural”. Essa abordagem implica, portanto, afirmar o “território como ponto de partida para uma imersão na realidade, possibilitando olhar de perto para onde as relações econômicas acontecem, acompanhar seus efeitos e entender qual o sentido do desenvolvimento que se está construindo”.

¹² A abordagem setorial considera as iniciativas econômicas solidárias organizadas em segmentos econômicos, viabilizando a articulação dos empreendimentos em redes de cooperação e/ou cadeias produtivas solidárias (1º Plano Nacional de Economia Solidária – 2015-2019, p. 18).

- econômica, formação técnica e política, de proteção contra as violências e de sustentação da vida das mulheres, sobretudo as periféricas;
- **Ofertar** processos de formação e qualificação a integrantes de empreendimentos solidários, agentes populares, gestoras/es públicas/os nacionais, estaduais e municipais da Economia Popular e Solidária;
- **Acompanhar, monitorar e apoiar** os diversos empreendimentos econômicos solidários, com as equipes das e dos agentes;
- **Reafirmar** a concepção de Educação Popular, do território, da territorialidade e da autogestão como referências estruturantes da ação pedagógica nos processos educativos de Economia Popular e Solidária;
- **Desenvolver** o ensino, a pesquisa e a extensão universitária como políticas e práticas educativas, tanto nos movimentos de Economia Popular e Solidária quanto nas políticas públicas;
- **Considerar** a formação em alternância de tempos e espaços educativos como parte constitutiva da Pedagogia de Autogestão da Economia Popular e Solidária;
- **Viabilizar** estudos, pesquisas e mapeamentos sobre o impacto social, econômico e ambiental da Economia Popular e Solidária nos territórios de incidência do Programa de Agentes.

4. ESTRATÉGIA POLÍTICO-PEDAGÓGICA E METODOLÓGICA

O Programa Paul Singer é parte de uma **estratégia no plano institucional** de construção e implementação de uma **Política Nacional de Economia Solidária** para apoiar:

- Construção das bases de um novo ciclo de políticas públicas de Economia Popular e Solidária;
- Estruturação dos meios e das condições objetivas e subjetivas para a consolidação de um modelo de Economia Popular e Solidária fundamentado na cooperação, na autogestão e em um processo de desenvolvimento soberano e sustentável;
- Criação de novos coletivos, social e economicamente relevantes, sobretudo com aqueles segmentos que apostam na Economia Popular e Solidária como estratégia de superação das desigualdades e de apoio às organizações populares da classe trabalhadora.

Este Programa de formação estimula o desenvolvimento de ações concretas e de espaços coletivos de escuta, diálogo e reflexão sobre a importância das políticas de inclusão social com geração de renda, participação social com Educação Popular nos territórios, sistematização e construção coletiva dos conhecimentos e entendimentos comuns a respeito:

- Da superação dos desafios do campo econômico e social;
- Da leitura de contexto e dos desafios que ele aponta;
- Do que levou ao contexto (raízes históricas), os aspectos do passado que se mantêm no presente e ajudam a explicá-lo;
- Dos sujeitos forjados nesse tempo histórico, com suas visões de mundo, pertenças, especificidades e necessidades.

Ao mesmo tempo, combina o apoio institucional e legal do Estado, e amplia a organização da população envolvida com atividades de Economia Popular e Solidária, com base nos princípios da Constituição federal de 1988, em seu Art. 3º, que estabelece os objetivos fundamentais da República brasileira, a saber:

- I – construir uma sociedade livre, justa e solidária;*
- II – garantir o desenvolvimento nacional;*
- III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;*
- IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.*

Esses princípios constitucionais somados aos da Educação Popular e Economia Solidária se entrelaçam à estratégia política-pedagógica deste Programa, que se propõe a incluir, nos debates e nas estratégias de Economia Popular e Solidária:

- Diferentes **coletivos e organizações de Economia Popular**, com atenção especial aos de mulheres, negras/os e juventudes de diferentes territórios, envolvendo os governos federal, estaduais e municipais;
- Um conjunto de forças que se somam às bases organizativa e produtiva da Economia Solidária – seus empreendimentos, redes e fóruns, nos quais o Programa se referencia – e cujo ponto de articulação política e metodológica se dá com a atuação das/os agentes de Economia Popular e Solidária.

4.1 Objetivo geral

Desenvolver processos de formação que sejam capazes de retroalimentar, desenvolver e potencializar a Economia Popular e Solidária, visando à ampliação da capacidade organizativa e produtiva dos empreendimentos de Economia Solidária e dos coletivos da Economia Popular nos territórios.

4.2 Objetivos específicos

- **Desenvolver** um programa de formação das/os agentes de Economia Popular e Solidária, envolvendo gestoras/es públicas/os, lideranças comunitárias e de empreendimentos de Economia Popular e Solidária;
- **Fortalecer** o Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL) como ferramenta que subsidia a política pública de informações para as tomadas de decisões e identificação dos sujeitos dessas políticas;
- **Efetivar** a intersetorialidade e o diálogo permanente entre os programas de formação, articulando espaços de interlocução entre ministérios e sociedade civil;
- **Promover** o acompanhamento metodológico da atuação das/os Agentes, criando espaços de trocas de experiências entre elas/eles e delas/deles com outras/os atrizes/atores que atuam nos mesmos territórios e que são ligados a iniciativas do governo e de movimentos populares;
- **Mapear, apoiar e acompanhar** experiências da Economia Popular e Solidária nos territórios e sensibilizar aquelas que não se identificam com esta;
- **Sistematizar e dar visibilidade** às metodologias de organização das redes de Economia Popular e Solidária referenciadas nos princípios da

- autogestão, cooperação, sustentabilidade ambiental, participação popular e na valorização das dinâmicas territoriais;
- **Articular** as redes dos empreendimentos econômicos solidários, incluindo as incubadoras tecnológicas, os espaços e experiências de comercialização que existem nos territórios;
- **Desenvolver** políticas de inovação e tecnologia social para fortalecimento da organização e valorização sociocultural e econômica dos movimentos populares, grupos urbanos e periféricos, povos e comunidades tradicionais no desenvolvimento local;
- **Estruturar** a assessoria técnica e política para contribuir com os empreendimentos solidários, visando a responder às necessidades das organizações e dos segmentos que buscam se apoiar em redes de cooperação solidária;
- **Coletar e sistematizar** dados e informações sobre Economia Popular e Solidária, visando fomentar a gestão de políticas públicas nas diferentes esferas de governo;
- **Mapear e analisar** dados e informações das políticas públicas dos governos municipais e estaduais, visando o fortalecimento do Programa de Formação de Agentes e subsidiar a elaboração de indicadores sobre o papel da Economia Popular e Solidária na economia brasileira.

4.3 Percurso de Formação e Método

O Percurso Formativo é um caminho pelo qual as atividades do Programa estão organizadas e estruturadas. Estas são desenvolvidas com base em três dimensões: **organizativa, formativa e ação político-institucional**.

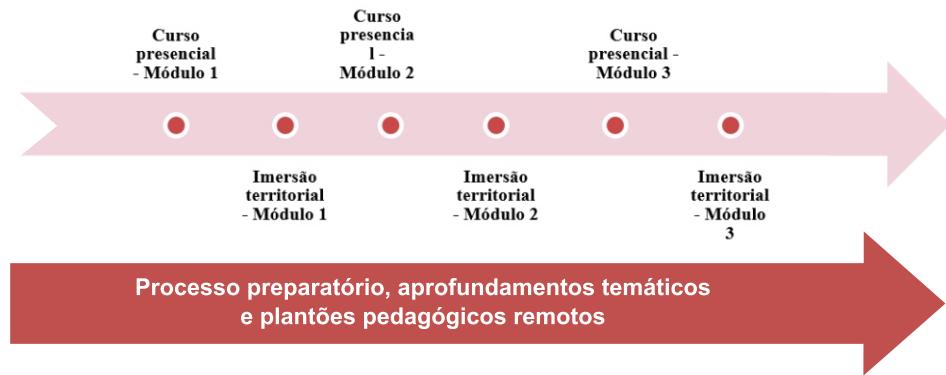
- **Dimensão Organizativa** – estimula a criação de novos espaços organizativos, a articulação das redes de Educação Popular para o trabalho de base e o fortalecimento de coletivos de Economia Popular e de empreendimentos de Economia Solidária;
- **Dimensão Formativa** – envolve leitura de realidades, mapeamento, diagnósticos, autogestão, produção, apoios tecnológicos, formação cidadã e qualificação profissional;
- **Dimensão Político-Institucional** – promove articulações interministeriais das políticas, programas e projetos do Governo Federal, articulação de parcerias com movimentos e gestores públicos, promoção de interfaces entre programas e projetos afins, acompanhamento das tramitações de projetos de leis de Economia Solidária, proposições de novos parâmetros legais.

O Programa Paul Singer cumprirá, portanto, um papel indutor, articulador, organizador e mobilizador das políticas, programas e projetos de Economia Popular e Solidária construídas pela SENAES junto com as organizações e parceiros, através do desenvolvimento do Percurso Formativo que será articulado a quatro áreas de trabalho:

- **Elaboração e desenvolvimento do método de execução do programa**, que inclua os instrumentos metodológicos e as ferramentas digitais para a imersão territorial (forma de atuação), dos/as agentes do Programa Paul Singer;
- **Mapeamento das forças dinâmicas do território**, envolvendo a realidade socioprodutiva, econômica e organizativa da economia popular e solidária em nível nacional, ao mesmo tempo em que atualiza o CADSOL;
- **Monitoramento, tratamento e direcionamento de demandas concretas** tanto de caráter econômico, organizativo, formativo, como de qualificação técnica, de modo a construir sentido orgânico às políticas, programas e projetos da SENAES;
- **Análise dos dados e sistematização de experiências** de empreendimentos de Economia Solidária e de coletivos de economia popular articulados e/ou construídas por iniciativas da SENAES e parceiros;

Por sua vez, o método utilizado no Percurso Formativo é a **formação em alternância**, uma modalidade pedagógica que alterna, de modo sequencial e articulado, as três dimensões do percurso formativo por meio das atividades que lhe dão materialidade.

As atividades são: um curso de formação em três módulos (presencial), imersão nos territórios (atuação no território), conforme plano de trabalho construído durante o curso presencial, atividades de aprofundamentos temáticos (remotos) e plantões pedagógicos (remotos), de acordo com as demandas.



Todas as atividades têm suas especificidades e complementariedades no Programa, a saber:

- **Processos preparatórios:** são momentos de diálogos organizativos entre a Equipe Nacional e as Coordenações Estaduais que ocorrem virtualmente, antes dos módulos do curso presencial com os/as agentes territoriais. A construção das programações pedagógicas dos módulos ocorre nesses momentos.
- **Cursos de Formação em três módulos (presencial) a cada quatro meses:** estudos e reflexões sobre prática-teoria-prática, contexto, conceitos e concepções centrais da Economia Popular e Solidária e correlacionados; planejamento da atuação dos/as agentes nos territórios, e construção de instrumentos metodológicos a serem trabalhados na imersão territorial;
- **Imersão territorial:** ocorre entre os módulos do curso presencial, ou seja, durante os meses de intervalo entre um módulo e outro do curso presencial. É o momento em que as/os agentes territoriais implementam o Plano de Ação construído durante o curso presencial em diálogo com as demandas do Programa e as necessidades dos territórios.
- **Aprofundamentos temáticos (remoto):** É uma modalidade planejada e realizada de acordo com as demandas que a imersão territorial apontar e com as necessidades dos sujeitos e do Programa. Estes também ocorrem no intervalo entre cada módulo presencial e se dedicam a aprofundar uma temática específica.
- **Plantões pedagógicos (remoto):** Momentos de encontros virtuais com as/os agentes territoriais para dialogar sobre dúvidas a respeito do trabalho no território. Estes momentos acontecem em dias e horários fixos disponibilizados previamente, com objetivo de construir vínculos, tirar dúvidas e orientar as/os agentes sobre a atuação nos territórios. Os diálogos de experiências entre agentes também é parte da metodologia, podendo ser utilizados para dar visibilidade às iniciativas que ajudam a resolver questões trazidas com recorrência para os plantões.

Essas atividades são os principais espaços de diálogos entre os sujeitos envolvidos diretamente no Programa (agentes territoriais, coordenações estaduais, gestoras/es, equipe nacional de formação, parceiros, gestores). As atividades do Percurso Formativo, especialmente a de imersão territorial (atuação dos agentes nos territórios), são tratadas a partir de Macroatividades, a saber:

MACROATIVIDADE	DESCRIÇÃO
Formação – Realizar atividades de formação com agentes territoriais.	Preparação e realização dos módulos I, II e III do curso presencial com agentes territoriais; realização de seminários de aprofundamento temático virtual; planejamento da imersão territorial.
Monitoramento da imersão territorial – Acompanhar os indicadores do Programa.	Geração e tratamento dos dados da imersão territorial (atuação nos territórios) com base no aplicativo e nos instrumentos de leitura da realidade; funcionamento da plataforma EITA; acompanhamento dos indicadores de gestão.
Sistematização em processo – Produzir os indicadores do programa e analisar as informações levantadas no monitoramento.	Análises e elaboração de documentos, a partir dos dados do monitoramento, que apontem os resultados parciais do Programa; escuta e reflexões sobre a prática dos/as agentes, das coordenações estaduais e sistematização de experiências de Economia Popular e Solidária; produção e análise dos indicadores de gestão.
Parcerias e interfaces – Articular e monitorar respostas aos territórios junto a parceiros internos e externos ao Governo Federal.	Organização e direcionamento dos elementos e demandas apontados no monitoramento e na sistematização; articulação e diálogos com parceiros; acompanhamento das parcerias e interfaces estabelecidas.

MACROATIVIDADE	DESCRIÇÃO
<p>Fomento – Subsidiar a estruturação da política de fomento da SENAES, em diálogo com os territórios.</p>	<p>Análise das demandas de fomento apontadas pelo monitoramento e sistematização; proposição de ações e políticas de fomento; monitoramento das parcerias e interface de fomento.</p>
<p>Comunicação institucional – Propor e realizar o Plano de Comunicação da SENAES/MTE, em diálogo com os territórios.</p>	<p>Articulação e interface do Programa Paul Singer com a comunicação institucional da SENAES/MTE e com a sociedade; produção dos conteúdos jornalísticos/publicitários; assessoria de imprensa.</p>
<p>Saúde e Segurança no Trabalho e inovação em Economia Solidária – Estabelecer o olhar crítico para as condições de trabalho com vista à construção do Trabalho Digno, Solidário, Seguro e Saudável e para o campo tecnológico, com Tecnologias Sociais, que atendam às especificidades e necessidades coletivas dos empreendimentos solidários.</p>	<p>Produção de subsídios para a implementação da Agenda de Saúde do Trabalho e inovação a partir do monitoramento e sistematização; articulação das interfaces com demais áreas; organização e monitoramento da agenda de Saúde do Trabalho e Tecnologias Sociais; proposição e acompanhamento das parcerias específicas dos temas.</p>
<p>Gestão Político-Pedagógica e Educomunicação – Gerir o programa, garantindo os fluxos entre as demais áreas, propondo os diálogos internos necessários e organizando os princípios político-pedagógicos do programa.</p>	<p>Gestão de fluxos e da circulação de informações que gere e fortaleça a organicidade entre os sujeitos do programa – agentes territoriais, coordenações estaduais, equipe nacional e deles para com os sujeitos dos empreendimentos solidários, coletivos de Economia Popular, organizações parceiras; construção de estratégias de acompanhamento do trabalho dos/as agentes e construção de vínculos; acompanhamento dos indicadores do programa; coordenação da elaboração dos relatórios de avaliação.</p>

4.4 Matriz geral, Calendário, Ementas e Temas¹³

O detalhamento a seguir mostra como o método de alternância articula a formação-organização-ação em tempos formativos combinados.

Atividades	2025												2026											
	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Maio	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov				
Plenária Nacional – acolhimento dos 500 agentes territoriais		20/5																						
Encontros ¹⁴ preparatórios por turma (anterior ao módulo 1)		A combinar com cada turma																						
Curso – Módulo I ¹⁵		21/07 a 01/08																						

TEMAS DO CURSO DO MÓDULO I:

- Conjuntura nacional e realidades dos territórios¹⁶ (construir a partir de cada curso/turma);
- O que é o Programa Paul Singer: principais conceitos, estratégia e método;
- O que é e o que faz uma/um Agente de Economia Popular e Solidária;
- Conferências de Economia Popular e Solidária e as políticas da SENAES que fazem interface com o Programa Paul Singer;
- Saúde no Trabalho e Inovação em Economia Solidária;
- Pesquisa-Ação e Sistematização de experiência no Programa Paul Singer: concepção e instrumentos de trabalho;
- Estratégia e método de trabalho nos territórios: planejamento da atuação das/os agentes, considerando Educomunicação, agendas especiais (construídas nos territórios), projetos indutores (programas e projetos da Senaes que fazem interfaces com o Paul Singer).

Atividades	2025												2026											
	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Maio	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov				
Imersão – Trabalho de campo				X	X	X	X																	

ATIVIDADES DA IMERSÃO TERRITORIAL:

- Realização da Pesquisa-Ação para leitura de realidade com objetivo de mapear problemas, potencialidades e demandas de Economia Popular e Solidária (fase1);
- Realização de visitas, encontros, reuniões de discussão sobre o programa, mobilização e articulação com organizações, Empreendimentos de Economia Solidária, Coletivos de Economia Popular, Movimentos Populares;
- Articulações com gestoras/es locais;
- Atuação nos territórios, combinado ao método, instrumentos e tarefas definidas no Programa Paul Singer (permanente);
- Mobilização, articulação para atualização do CADSOL;
- Participação em atividades de formação em Economia Popular e Solidária realizadas por organizações e instituições parceiras;

¹³Antes do início dos cursos presenciais, será realizada uma plenária virtual com a Equipe Nacional, as Coordenações Estaduais e os/as Agentes selecionados. Dentre os temas a serem abordados na plenária, será feita uma apresentação do Ministério do Trabalho e Emprego e de suas estruturas nacional, estaduais e locais.

¹⁴Discutir com cada turma qual/quais dos temas previstos para o módulo I serão trabalhados nos encontros preparatórios.

¹⁵O detalhamento de cada módulo será construído em diálogo com equipes de trabalho de cada módulo e sistematizado em documento específico.

¹⁶Caso o lançamento do Programa Paul Singer seja feito na noite anterior ao início do curso, recomenda-se que a discussão de conjuntura aconteça neste momento.

- Realização de atividades conforme necessidades dos territórios;
- Participação nas reuniões organizativas do trabalho e nas formações promovidas pelo Programa Paul Singer.
- Estudo da bibliografia recomendada;

Atividades	2025										2026									
	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Maio	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Aprofundamentos ¹⁷ temáticos			X	X		X														

POSSÍVEIS TEMAS DOS APROFUNDAMENTOS TEMÁTICOS:

- Contexto e realidade brasileira (análises que ajudam a entender o Brasil);
- CADSOL;
- Políticas de financiamento e estruturação de empreendimentos de Economia Solidária;
- Marcos legais da Economia Solidária;
- Economia Solidária e Economia Popular (tema permanente);
- Os impactos do modelo econômico na natureza e nos empreendimentos econômicos solidários;
- Finanças solidárias - história, concepção e práticas;
- Saúde no trabalho e inovação em Economia Solidária (tema permanente);
- Políticas e Programas do Governo Federal que fazem interface com o Programa de Agentes (Cozinhas Solidárias, Agentes de Cultura, Agentes de Participação Social e AgPopSUS);
- Monitoramento dos Planos de Comunicação Territoriais com base nas ações do Plano de Imersão Territorial (tema permanente);
- Instrumentos de Educomunicação: construção e execução dos planos de comunicação territorial a partir do plano de ação territorial dos/as agentes construídos durante o módulo 1.

Atividades	2025										2026									
	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Maio	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Plantões pedagógicos		X		X	X	X	X													

- Os plantões são momentos de encontros virtuais com os/as agentes territoriais para tirar dúvidas a respeito do seu trabalho no território;
- Estes momentos acontecem em dias e horários fixos e são desenvolvidos com o método de perguntas – questão-problema, trazidas pelo/a agente territorial com interação dos/as educadores/as organizadores/as dos plantões;
- A troca de experiência entre agentes será utilizada para dar visibilidade às iniciativas que ajudam a resolver questões trazidas com recorrência para os plantões.

¹⁷Serão realizados dois seminários por turma. Apresentamos um “cardápio” de temas, a ser discutido e redefinido à luz da realidade de cada turma. Estes seminários têm dupla intencionalidade: introduzir temas antes do módulo presencial apontados no monitoramento da imersão territorial como necessário e aprofundar temas depois do módulo presencial, quando este não der conta de trabalhar suficientemente um determinado tema com a turma.

Atividades	2025										2026									
	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Maio	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Encontros preparatórios por turma (anterior ao módulo 2)								A combinar com cada turma												
Curso – Módulo II								01/11 a 14/12												

TEMAS A SEREM TRABALHADOS NO MÓDULO II:

- Reflexão sobre a atuação dos/as agentes e os resultados da imersão territorial (prática), a partir dos dados do monitoramento;
- Projeto político da Economia Solidária;
- Educação Popular em Economia Solidária e Autogestão (tema permanente);
- Saúde no Trabalho e Inovação em Economia Solidária (tema permanente);
- Pesquisa-Ação e Sistematização de Experiência (tema permanente);
- Estratégia e método de trabalho nos territórios: planejamento da imersão do módulo II, considerando a Educomunicação e as especificidades dos territórios (tema permanente);

Atividades	2025										2026									
	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Maio	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Imersão – Trabalho de campo								X		X	X	X	X							

ATIVIDADES DA IMERSÃO TERRITORIAL:

- Monitoramento de políticas públicas municipais, estaduais e federais de Economia Popular e Solidária e de promoção da participação social com Educação Popular nos territórios;
- Realização da Pesquisa-Ação (fase2);
- Atuação nos territórios, combinado ao método, instrumentos e tarefas definidas no Programa Paul Singer (permanente);
- Construção de formas coletivas de resolução dos problemas e de atendimento às demandas dos territórios;
- Participação em atividades de formação em Economia Popular e Solidária realizadas por organizações e instituições parceiras;
- Realização de atividades conforme necessidades dos territórios;
- Estudo da bibliografia recomendada;
- Participação nas reuniões organizativas do trabalho e nas formações promovidas pelo Programa Paul Singer.

Atividades	2025												2026											
	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Maio	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov				
Aprofundamentos temáticos											X		X											

POSSÍVEIS TEMAS DOS APROFUNDAMENTOS TEMÁTICOS:

- Autogestão (conceito, origens e experiências);
- Finanças solidárias – história, concepção e experiências;
- Economias não mercantis (economias não econômicas);
- Educação Popular em Economia Solidária e Autogestão (tema permanente);
- Economia Popular e Economia Solidária (tema permanente)
- Monitoramento dos Planos de Comunicação Territoriais com base nas ações do Plano de Imersão Territorial (tema permanente);
- Pesquisa-Ação (tema permanente);
- Sistematização (tema permanente);
- Saúde no Trabalho e Inovação em Economia Solidária (tema permanente);

Plantões pedagógicos							X		X	X	X	X												
----------------------	--	--	--	--	--	--	---	--	---	---	---	---	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

- Os plantões são momentos de encontros virtuais com os/as agentes territoriais, para tirar dúvidas a respeito do seu trabalho no território;
- Estes momentos acontecem em dias e horários fixos e são desenvolvidos com o método de perguntas – questão-problema, trazidas pelo/a agente territorial e respondidas/orientadas pelos/as educadores/as responsáveis pelo plantão;
- A troca de experiência entre agentes será utilizada para dar visibilidade às iniciativas que ajudam a resolver questões trazidas com recorrência para os plantões.

Atividades	2025										2026									
	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Maio	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Encontros preparatórios por turma (anterior ao módulo 3)																				
Curso – Módulo III																		01/5 a 30/6		

TEMAS A SEREM TRABALHADOS NO MÓDULO III:

- Reflexão sobre os resultados da imersão territorial (prática), a partir dos dados do monitoramento;
- Finanças solidárias – história, concepção e práticas;
- Saúde no Trabalho e Inovação em Economia Solidária (tema permanente);
- Formas sustentáveis dos empreendimentos construirão autonomia – apontamentos da Pesquisa-Ação;
- Relatos de experiências sobre os resultados do Programa Paul Singer para a Economia Popular e Solidária;
- Discussão e elaboração de estratégia e método de continuidade do Programa Paul Singer nos territórios.

Imersão – Trabalho de campo																				
-----------------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

ATIVIDADES DA IMERSÃO TERRITORIAL:

- Planejamento da continuidade do trabalho com os empreendimentos de Economia Solidária e coletivos de Economia Popular;
- Apresentação dos dados do Programa para os movimentos, organizações, empreendimentos e instituições da sociedade civil;
- Reflexões sobre os mecanismos de resolução de problemas e de atendimento às demandas dos territórios.

Aprofundamentos temáticos																				
---------------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

POSSÍVEIS TEMAS DOS APROFUNDAMENTOS TEMÁTICOS:

- Relatos de experiências dos e das agentes de Economia Popular e Solidária – aprendizagens e repercussões;
- Publicização dos resultados do Programa Paul Singer.

Plantões pedagógicos																				
----------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

- Orientações sobre a continuidade do Programa Paul Singer nos territórios e o papel da SENAES.

5. SUJEITOS DO PROGRAMA

O Programa de Formação Paul Singer – Agentes de Economia Popular e Solidária envolve três perfis de sujeitos: a) lideranças comunitárias, educadoras e educadores populares com trajetórias reconhecidas no contexto da Economia Popular e Solidária, contratadas por meio de bolsas de pesquisa para atuarem como Agentes de Economia Popular e Solidária nos territórios; b) espaços, redes de apoio e parcerias envolvendo trabalhadoras e trabalhadores organizados em coletivos de Economia Popular, empreendimentos de Economia Solidária, redes de assessoramento, incubadoras; e c) gestores de políticas públicas e programas de governos, comprometidos com o trabalho cooperado e autogestionário.

5.1 Atribuições dos e das Agentes de Economia Popular e Solidária (AGEPS), Coordenações Estaduais e Equipe Nacional de Formação do Programa Paul Singer

a) Agentes territoriais

- **Articular e atuar** na implementação e monitoramento de políticas públicas municipais de Economia Popular e Solidária, com promoção da participação popular;
- **Contribuir** para a realização de Conferências de Economia Popular e Solidária como espaços de incidência política e de participação popular, bem como participar de atividades que tratam de políticas públicas afins;
- **Programar** parcerias com gestores públicos, instituições de ensino, pesquisa e extensão, e entidades públicas e privadas, para formação, qualificação, assessoria e produção de conhecimento no campo da Economia Popular e Solidária;
- **Construir** diagnósticos sobre as potencialidades, desafios e vocações locais dos territórios, os equipamentos, políticas públicas de EPS em funcionamento, espaços comunitários e colegiados de participação popular;
- **Contribuir** para a organização de iniciativas de Economia Popular e Solidária nos territórios;
- **Mapear** iniciativas de Economia Popular e Solidária e redes de cooperação solidária no seu território e orientar sobre o registro dessas iniciativas no CADSOL;
- **Mapear**, mobilizar e sensibilizar as organizações econômicas autogestionárias que se reconhecem e as que não se reconhecem como EPS, bem como as redes de autogestão que atuam nos territórios;

- **Implementar** instrumentos de acompanhamento e monitoramento das ações formativas e de qualificação social e profissional dos empreendimentos e outras formas de organização de Economia Popular e Solidária nos territórios onde atua;
- **Planejar**, conjuntamente com as organizações e coletivos mapeados e mobilizados, formas de atuação que apontem para resoluções coletivas de problemas que afetam as organizações e suas/seus participantes;
- **Participar** das atividades, sobretudo de formação, promovidas pela SENAES, pela Fundacentro e por parceiros;
- **Organizar** momentos para estudos, pesquisas e sistematizações de experiências de EPS como parte do tempo-trabalho;
- **Dialogar** com as/os atrizes/atores e as forças vivas do território que atuam com o movimento de Economia Popular e Solidária, como conselhos, colegiados, fóruns municipais e estaduais e demais espaços que dialogam com as políticas públicas do Governo Federal que fazem interface com a Economia Popular e Solidária.

b) Coordenações estaduais

- **Desenvolver** cursos específicos de formação para agentes territoriais de Economia Popular e Solidária à medida que sentir necessidade e as demandas surgirem;
- **Pedagogizar** os conflitos, visando à construção de novas formas de atuação que apontem para a construção de novas relações humanas na cooperação;
- **Articular** com fóruns, redes e demais espaços de Economia Popular e Solidária nos estados;
- **Contribuir** na articulação, mobilização e realização de Conferências Municipais, Territoriais, Temáticas e Estaduais e demais atividades que dialogam com a Economia Popular e Solidária e políticas afins;
- **Organizar** parcerias com gestores públicos, instituições de ensino, pesquisa e extensão, e entidades públicas e privadas, para formação, qualificação, assessoria e produção de conhecimento na esfera da Economia Popular e Solidária;
- **Colocar** em prática os princípios da Educação Popular, buscando a organização de espaços e momentos de formação integral do ser humano, fermentando a reflexão em um “diálogo de saberes” sobre as formas de superação dos problemas e a construção de caminhos que visam melhorar a vida das pessoas nos territórios;
- **Construir** ações de intercooperação para o acesso às políticas públicas;
- **Formular** instrumentos de acompanhamento e monitoramento das ações formativas e de qualificação social e profissional dos empreendimentos e outras formas de organização de Economia Popular e Solidária nos territórios onde atua;

- **Articular** e atuar na implementação e monitoramento de políticas públicas estaduais e federal de Economia Popular e Solidária, com promoção da participação popular;
- **Construir** métodos de gestão e de tratamento de demandas do plano de trabalho das equipes, de modo a responder com agilidade às questões emergenciais;
- **Organizar** momentos para estudos, pesquisas e sistematizações de experiências de EPS como parte do tempo-trabalho;
- **Dialogar** com as/os atrizes/atores e as forças vivas no território que atua e com o movimento de Economia Popular e Solidária como fóruns, por exemplo.

c) Equipe Nacional do Programa

- **Desenvolver** as ações do Programa Paul Singer de Formação de Agentes em Economia Popular e Solidária e as demandas específicas decorrentes da implementação do Programa;
- **Pedagogizar** os conflitos, visando à construção de formas de atuação que apontem para novas relações humanas na cooperação;
- **Contribuir** para a realização de Conferências de Economia Popular e Solidária como espaços de incidência política e de participação popular, bem como participar de atividades que tratam de políticas públicas afins;
- **Articular** parcerias com gestores públicos, instituições de ensino, pesquisa e extensão, e entidades públicas e privadas, para formação, qualificação, assessoria e produção de conhecimento no campo da Economia Popular e Solidária;
- **Colocar** em prática os princípios da Educação Popular, buscando a organização de espaços e momentos de formação integral do ser humano, fermentando a reflexão em um “diálogo de saberes” sobre as formas de superação dos problemas e a construção de caminhos que visam melhorar a vida das pessoas nos territórios;
- **Formular** instrumentos de acompanhamento e monitoramento das ações formativas e de qualificação social e profissional dos empreendimentos e outras formas de organização de Economia Popular e Solidária nos territórios onde atua;
- **Monitorar** a implementação de políticas e programas de Economia Popular e Solidária do governo federal;
- **Organizar** momentos para estudos, pesquisas e sistematizações de experiências de EPS como parte do tempo-trabalho.

5.2 Espaços, redes de apoio e parcerias

a) Trabalhadoras e trabalhadores organizados em coletivos de Economia Popular, empreendimentos de Economia Solidária, redes de assessoramento, incubadoras

- **Espaços coletivos** organizados em redes locais ou mais amplas, com histórico de atuação em Economia Popular e Solidária nos territórios e com demandas e pautas junto à gestão pública;
- **Grupos não identificados** com a Economia Solidária, mas que atuam de forma organizada com a Economia Popular em um circuito colaborativo, voltado para a reprodução social e dinamização da economia local;
- **Instituições**, organizações e movimentos que atuam com políticas públicas, a saber: creches, educação infantil, escolas em tempo integral, turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA), qualificação profissional, Cozinhas Solidárias, programas de fomento econômico e de assessoramento técnico a seus empreendimentos;
- **Espaços de promoção da participação social** como conselhos, fóruns, colegiados que fazem o monitoramento de políticas públicas nos territórios;
- **Apoiar** a construção de articulação para potencialização do Programa Paul Singer.

b) Gestores de políticas públicas e programas de governos comprometidos com o trabalho cooperado e autogestionário

- **Contribuir** para a criação de políticas públicas de apoio a fundos públicos, com acessos simplificados aos empreendimentos de EPS;
- **Apoiar** projetos de aprimoramento da legislação de cooperativas e outras formas associativas;
- **Propor**, em parceria com as organizações, uma política pública permanente de assessoramento técnico aos Empreendimentos Econômicos Solidários, considerando formação, gestão, comunicação, mobilização, infraestrutura, desenvolvimento e acesso à pesquisa e tecnologias;
- **Propor** políticas públicas e a elaboração de projetos de leis de incentivo às finanças solidárias, fundos rotativos solidários, moedas e bancos comunitários;
- **Propor** uma política de educação em EPS para o sistema de ensino brasileiro em suas diferentes modalidades, como educação de jovens e adultos, educação infantil, básica, educação profissionalizante.

5.3 Critérios para seleção de territórios

Este Programa é uma estratégia de organização, formação e ação que tem o território como um espaço de relações e reprodução social, no qual as dimensões naturais, econômicas, culturais e políticas se entrelaçam, compondo a *práxis* da territorialidade, construída por múltiplas relações e, portanto, o *lócus* da cartografia social da realidade. O território é o espaço de atuação dos Agentes de Economia Popular e Solidária (AGEPS) para o fortalecimento das atividades econômicas, sociais e culturais, e das capacidades produtivas e organizativas dos Empreendimentos Econômicos e Solidários e dos Coletivos de Economia Popular dos territórios de abrangência do Programa.

Os territórios prioritários foram definidos por meio de critérios estabelecidos no Programa, fundamentados em uma base de dados de nove registros brasileiros: IBGE, Ministério da Saúde, Ministério do Desenvolvimento Social e Ministério do Trabalho e Emprego, destacando dados relacionados diretamente à Economia Solidária.

A escolha dos territórios se deu com base em análise qualitativa da realidade socioeconômica, considerando as regiões intermediárias que, segundo o IBGE, reúnem um grupo de municípios com características similares de fluxo de serviços, informações e consumo. Os critérios de seleção dos territórios são:

- Territórios com história e/ou com potencial de articulação, organização e alianças com redes e cadeias produtivas com sustentação política e econômica;
- Regiões com Empreendimentos da Economia Solidária (CADSOL, Cooperativas/RAIS, Cozinhas Solidárias/MDS, Finanças, Inovações Técnicas e Sociais);
- Maior densidade populacional (Censo IBGE e populações aglomeradas subnormais);
- Maior índice de pobreza e fome (dados de crianças abaixo do peso até 5 anos, percentuais de pessoas inscritas no CadÚnico, com renda per capita mensal de até meio salário mínimo);
- Menor índice de escolaridade entre jovens e adultos (população com 25 anos ou mais sem instrução ou com o ensino fundamental incompleto);
- Regiões impactadas por emergências climáticas (enchentes, deslizamentos, secas, desertificações);
- Regiões com implementação de políticas públicas de impacto e grandes investimentos federais (mulheres, juventude, meio ambiente, infraestrutura urbana e rural, Minha Casa Minha Vida, PRONATEC-EJA, Política de Resíduos Sólidos, PAC – Cidades Sustentáveis e Resilientes, Infraestrutura Social e Inclusiva).

6. GESTÃO DO PROGRAMA

A gestão é construída com base nos referenciais político-pedagógicos do Programa, por intermédio de espaços institucionais (articulação interministerial e demais entes federativos e municipais com políticas de Economia Popular e Solidária, Conselho Nacional da Economia Solidária e nas relações estabelecidas com parceiros como fóruns, redes, movimentos populares, instituições de pesquisa, ensino e extensão), direta ou indiretamente identificados com o campo da Economia Popular e Solidária e com demais programas de formação da SENAES.

Os espaços são:

1. Coordenação Política do Programa
2. Comissão Político-Pedagógica
3. Comitê Gestor do TED
4. Equipe Nacional de Formação
5. Coordenações Estaduais
6. Agentes de Economia Popular e Solidária

Esses espaços têm funções complementares, a saber:

Coordenação Política do Programa: É um espaço de deliberação do Programa, a partir das contribuições e subsídios de informações da Comissão Político-Pedagógica e do Comitê Gestor do Termo de Execução Descentralizada (TED). A Coordenação Política é a equipe da Direção da SENAES;

Comissão Político-Pedagógica: É um espaço consultivo e propositivo de articulação, acompanhamento e avaliação do Programa. É também um espaço de diálogo sobre as políticas de Agentes Territoriais do Governo Federal. É composta por representantes de determinados órgãos/políticas públicas, entidades da sociedade civil, movimento de Economia Solidária e movimentos sociais que atuam com Economia Popular e Solidária.

Comitê Gestor do TED: É um espaço operacional, composto pela Fundacentro e SENAES/MTE, que atua no âmbito da vigência do Termo

de Execução Descentralizada, com a atribuição de acompanhar e encaminhar as decisões da coordenação, orientando os trabalhos e garantindo o cumprimento dos objetivos do Programa na sua operacionalização;

Equipe Nacional de Formação: Detém as atribuições de elaboração e implementação do Percurso Formativo; de acompanhamento e sistematização; de geração de dados; e de comunicação do Programa;

Coordenações Estaduais: Têm o caráter de mobilização, organização, elaboração e articulação da Política de Economia Solidária, animação, coordenação, orientação e formação dos e das AGEPS e integração com os demais programas de agentes;

Agentes: Possuem atribuições de organização, articulação, desenvolvimento, monitoramento e acompanhamento dos empreendimentos solidários e experiências de Economia Popular; mapeamento e sistematização de dados; promoção da participação social e articulações do acesso a políticas públicas para o campo da Economia Popular e Solidária nos territórios.



MINISTÉRIO DO
TRABALHO
E EMPREGO

GOVERNO FEDERAL
BRAZIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO